

Tribuna BANCÁRIA

SINDICATO DOS BANCÁRIOS DO CEARÁ | EDIÇÃO Nº 1584 | 19 A 24 DE ABRIL DE 2019



www.bancariosce.org.br



bancariosce



bancariosdoceara



seebce



85 99129 5101

LIBERDADE PARA EXPLORAR

CÂMARA APROVA MP QUE RETIRA MAIS DIREITOS E AUTORIZA ABERTURA DOS BANCOS AOS SÁBADOS

Na última terça-feira, 13/8, a Câmara dos Deputados aprovou o texto-base da Medida Provisória 881, por 345 votos a favor, 76 contrários e uma abstenção. Apelidada como “MP da Liberdade Econômica”, depois das alterações realizadas pela Câmara dos Deputados no texto original, o nome mais correto deveria ser “MP da Exploração”. Editada com a finalidade de reduzir a burocracia e limitar o poder de regulação do Estado sobre as empresas, a proposta aprovada avança sobre as leis do trabalho, transformando-a numa espécie de minirreforma trabalhista. Se essa proposta passar pelo Senado da forma como está, mais uma série de conquistas deixarão de existir.

A MP revoga ainda a Lei 4178/1962, que proíbe o trabalho aos sábados nos estabelecimentos de crédito. O descanso semanal remunerado aos domingos e a proibição do expediente bancário aos sábados não é apenas uma questão trabalhista. É também uma questão de saúde do trabalhador e de melhoria do desempenho no trabalho **(leia mais na pág. 3)**



BANCÁRIOS NAS RUAS EM DEFESA DO DIREITO DE SE APOSENTAR



(Matéria na página 4)

ARTIGO

BANCOS UTILIZAM PDV'S PARA JUSTIFICAR DEMISSÕES

No primeiro semestre de 2019, de acordo com o Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged), os bancos fecharam 2.057 postos de trabalho no país. De 2013 pra cá, houve uma redução de 62,7 mil postos para a categoria bancária, sendo que 43,4 mil postos foram fechados a partir de 2016. Dados da Pesquisa de Emprego Bancário, elaborada pelo Dieese, mostram que, neste período, raras vezes o saldo de postos de trabalho foi positivo.

A categoria está encolhendo na mesma proporção do aumento dos investimentos em tecnologia feito pelos bancos, assim como da alta dos lucros. Quando são lançados os Planos de Demissões Voluntárias (PDVs) há uma drástica redução de postos de trabalho. Se observarmos bem, são demissões em massa disfarçadas. E, nos bancos públicos são resultado de uma política dos governos Temer e Bolsonaro que, na verdade, querem enfraquecer essas instituições e prepará-las para a privatização.

No final de 2016, 9.409 funcionários aderiram ao plano de demissão voluntária do Banco do Brasil. No último trimestre daquele ano, o banco fechou 8.537 vagas e jogou o saldo do emprego bancário em dezembro daquele ano para quase 10 mil postos de trabalho a menos, o pior resultado mensal já registrado para um mês desde o início da Pesquisa de Emprego Bancário, em 2010. Na Caixa, por conta dos Programas de Preparação para a Aposentadoria (PPA) e dos Programas de Desligamentos Voluntários (PDV), de 2015 a 2018, o banco fechou 14.369 postos de trabalho. Em março de 2017, o banco fechou 3.039 postos de trabalho. Em agosto do mesmo ano foram fechadas 2.302 vagas.

Mas, não são apenas os bancos públicos que se utilizam dos PDVs para fechar postos de trabalho. Em julho de 2017, o Bradesco lançou um PDV, que se encerrou em setembro daquele ano. O saldo foi o fechamento de 7.400 postos de trabalho no banco. No final de julho, no mesmo dia em que anunciou um lucro líquido de R\$ 13,9 bilhões no 1º semestre, o Itaú lançou um PDV, com a meta de adesão de 6.900 bancários. Sem contar que, nos últimos 12 meses o banco já fechou 983 postos de trabalho.

A Caixa está engatando mais um PDV. O banco chegou a lançar o plano, depois cancelou e, em seguida, apenas adiou seu lançamento. Quando o plano foi lançado, o objetivo era reduzir até 3,5 mil empregados que trabalham na matriz e em escritórios regionais do banco. O Banco do Brasil anunciou que serão extintos 2,3 mil postos de trabalho (dotações), em comissão ou não. Para aderir ao PAQ, o bancário deve estar em uma unidade e praça considerada com excesso.

Com a redução do pessoal, aumenta a sobrecarga de trabalho, a pressão pelo cumprimento de metas e, conseqüentemente, o adoecimento. Não podemos admitir que uma medida de gestão dos bancos venha a prejudicar os trabalhadores que permanecem nessas empresas. Vamos cobrar mais contratações, o fim do assédio e das metas abusivas.



Carlos Eduardo,
presidente do Sindicato
dos Bancários do Ceará

MAIS UM GOLPE!

MINIRREFORMA TRABALHISTA APROVADA NA CÂMARA PERMITE ABERTURA DE AGÊNCIAS AOS SÁBADOS

A Câmara dos Deputados aprovou dia 13/8 o texto-base da Medida Provisória 881, conhecida como MP da Liberdade Econômica. O texto-base foi aprovado por 345 votos a favor, 76 contrários e uma abstenção. A MP foi editada em 30 de abril e perderia a validade no final de agosto, caso não tivesse sido votada. Agora ela segue para o Senado.

Um dos pontos mais controversos, o do repouso semanal remunerado aos domingos, foi alterado. Na proposta do relator, isso só precisaria acontecer num domingo a cada sete semanas. O governo, agora, reduziu esse tempo para um domingo a cada quatro semanas. Apesar do recuo, o procurador-geral do Trabalho, Ronaldo Fleury, afirma que a medida prejudica o trabalhador que não terá folga junto com o restante da família.

A MP revoga ainda uma lei que extinguiu trabalho aos sábados em bancos – ou seja, em tese as agências bancárias poderiam abrir aos sábados. O texto dispensa também empreendimento de baixo risco de licenças, autorizações e alvarás prévios.

A MP foi envolta de controvérsias. O texto enviado pelo governo ao Congresso tinha 19 artigos e avançava pouco sobre as questões trabalhistas. Já o documento entregue pelo relator propunha alterações expressivas na legislação trabalhista, dificultando, inclusive, a fiscalização e punição de práticas irregulares por parte do patronato.

Votação na Câmara dos Deputados**345**
a favor**76**
contra**1** abstenção

São os mesmos deputados que tiraram seu direito de se aposentar

PRINCIPAIS PONTOS DA MP DA LIBERDADE ECONÔMICA

- Autorização para trabalho aos domingos e feriados, com repouso semanal remunerado de um domingo por mês. Além disso, o trabalho aos domingos e feriados só terá remuneração em dobro caso o patrão não determine outro dia de folga na semana;
- Fica autorizada a abertura de agências bancárias aos sábados;
- eSocial será substituído por sistema simplificado;
- Isenção de alvarás e licenças para negócios de baixo risco, como bares, borracharias e startups;
- Extingue o Fundo soberano, criado para amenizar efeitos de crise;
- Empresas poderão testar e oferecer, gratuitamente ou não, produtos e serviços a um grupo restrito;
- Somente o patrimônio social da empresa responderá por dívidas, sem confundir com o patrimônio do titular, exceto em casos de fraude;
- A Carteira de trabalho terá como identificação do empregado o número do CPF;
- Exigência de anotação do ponto para empresas com mais de 20 funcionários – atualmente, o mínimo são dez. Além disso, permite o ponto por exceção, em que o registro só é feito quando o horário de trabalho fugir do habitual. Isso dificultará o pagamento de horas extras;
- Revoga 25 dispositivos da CLT, entre eles um que exigia inspeção prévia de segurança e medicina do trabalho para início de atividades e outro que vedava que professores dessem aulas e trabalhassem em exames aos domingos.

REFORMA DA

CAMINHADA: BANCÁRIOS PARTICIPAM DE DIA NACIONAL EM DEFESA DA EDUCAÇÃO E DA APOSENTADORIA

Em mais um Dia Nacional em Defesa da Educação e da Aposentadoria em Fortaleza, dia 13/8, estudantes, professores e trabalhadores de diversas categorias ocuparam as ruas do Benfica e do Centro para protestar contra os desmandos do governo Bolsonaro, sobretudo os cortes na educação e a reforma da Previdência.

Os manifestantes iniciaram a concentração na Praça da Gentilândia, no bairro Benfica, seguindo pelas principais ruas do Centro até a Praça do Ferreira. Durante o percurso, os manifestantes passaram pela agência do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS).

A atividade foi organizada pelas centrais sindicais, frentes Brasil Popular e Povo Sem Medo, União Nacional dos Estudantes (UNE), União Brasileira dos Estudantes Secundaristas (UBES), movimentos sociais, dentre outras organizações. O Sindicato dos Bancários do Ceará participou da mobilização protestando, principalmente, contra as maldades da Reforma da Previdência aprovada recentemente na Câmara dos Deputados.

Diversos atos aconteceram também no interior do Ceará, como Amontada, Crateús, Iguatu, Itapipoca, Jaguaribara, Juazeiro do Norte, Limoeiro do Norte, Morada Nova, Russas, Tabuleiro do Norte, Sobral e Cascavel.

Segundo Wil Pereira, presidente da CUT Ceará, além da reforma da Previdência, que dificulta o acesso dos trabalhadores a benefícios previdenciários e o corte de verbas em universidades e institutos federais, também estava na pauta dos manifestantes o programa Future-se, que amplia a participação de recursos da iniciativa privada nas instituições públicas de ensino superior. “Precisamos continuar assim, unidos e fortes, lutando por um país mais justo e igualitário, para todos e todas”, disse.

Fotos: Secretaria de Imprensa – SEEB/CE



PREVIDÊNCIA

PACOTE DE MALDADES: REFORMA DA PREVIDÊNCIA COMEÇA A TRAMITAR NO SENADO

Após passar na Câmara, sem alteração, o projeto da Reforma da Previdência começou a ser discutido, na última semana, na CCJ do Senado. O relator, Tasso Jereissati (PSDB-CE), defende abertamente que os senadores confirmem o texto aprovado pelos deputados, sem nenhuma alteração, para que a PEC não precise voltar à Câmara. Na CCJ, os senadores têm cinco dias úteis para apresentar emendas em relação à admissibilidade e constitucionalidade do projeto. No melhor cenário, a votação na comissão pode acontecer em 23/8.

O texto aprovado na Câmara manteve a idade mínima dos homens em 65 anos e aumentou a idade mínima das mulheres para 62 anos, na regra geral, ou seja, para quem ainda vai ingressar no mercado de trabalho. Os que já estão no mercado de trabalho e optarem pelo pedágio de 100%, poderão se aposentar aos 53 anos (homens) e 52 anos (mulheres). O tempo mínimo de contribuição ficou estabelecido em 15 anos. Porém, para receber um benefício maior, o trabalhador precisará contribuir por mais tempo. Para receber o total do benefício precisará de 40 anos de contribuição. Na regra de transição, o cálculo do benefício é diferente para homens e mulheres. Mulheres receberão 60% da média das contribuições mais 2% por ano que ultrapassar o mínimo de 15 anos de recolhimento.

MALDADES DA REFORMA CONTRA OS TRABALHADORES

A PEC impõe duras regras que dificultam a aposentadoria, reduzem os valores dos benefícios, aumentam o tempo de contribuição e deixam órfãos e viúvas com menos de um salário mínimo de pensão por morte, entre outras maldades com o trabalhador. Confira:

PENSÃO POR MORTE: Atualmente, o valor da pensão equivale a 100% do benefício que o segurado que morreu recebia. A reforma reduz esse valor para 50% mais 10% por dependente. Como a esposa ou o órfão são considerados dependentes, recebem 60% do valor. E para piorar, se a viúva ou dependente tiver outra fonte de renda formal poderá receber benefício de menos de um salário mínimo.

APOSENTADORIA POR INVALIDEZ: Atualmente todo trabalhador que contribuir com o INSS tem direito a 100% do valor da aposentadoria em caso de doença contraída, tenha sofrido um acidente no trabalho ou fora dele. A reforma diz que esse trabalhador terá direito a apenas 60% do valor da aposentadoria por invalidez, acrescido de 2% para cada ano que exceder 20 anos de contribuição, no caso de homem e 15 anos, se for mulher. Só terá direito a 100% do benefício se o acidente ocorreu no local de trabalho ou a doença foi contraída devido a atividade profissional.

APOSENTADORIA ESPECIAL: Atualmente, o trabalhador que comprovar exposição a agentes nocivos à saúde, de forma contínua e ininterrupta, tem direito de se aposentar com 15, 20 ou 25 anos de contribuição, dependendo do enquadramento de periculosidade da profissão. O valor do benefício é integral. A reforma, apesar de manter os tempos mínimos de contribuição exigidos atualmente, cria três idades mínimas: 55, 58 e 60 anos, que variam de acordo com o grau de risco ao trabalhador. Ela acaba com o benefício integral da aposentadoria especial e equipara homens e mulheres nas mesmas regras.



APOSENTADORIA POR CONTRIBUIÇÃO: Atualmente, é possível se aposentar por tempo de contribuição com renda integral depois de contribuir durante 30 anos (mulher) e 35 anos (homem), desde que a soma da idade e do período contribuído resulte em 86 pontos (mulher) ou 96 (homem). A reforma acaba com a aposentadoria por tempo de contribuição e impõe uma idade mínima de 62 anos para as mulheres e 65 para os homens. Para receber uma aposentadoria integral, mulheres precisarão contribuir por 35 anos e homens, por 40 anos.

CÁLCULO DO BENEFÍCIO: Atualmente, são levadas em conta as contribuições feitas a partir de julho de 1994. O cálculo é feito em cima de 80% das maiores contribuições. Com isso, a média é maior e, portanto, melhora o valor do benefício. A reforma muda o cálculo para a média de todas as contribuições desde julho de 1994. O resultado será a redução na renda de beneficiários que tiverem variações salariais ao longo do tempo.

BANCO DO BRASIL**ASSOCIADOS DA CASSI
PEDEM A REABERTURA DAS
NEGOCIAÇÕES COM O BANCO**

“O fato de as propostas não terem sido aprovadas, não quer dizer que o assunto deva ser encerrado. Cabe um esforço conjunto para se chegar a uma solução negociada. É isso que os associados da Cassi esperam”
José Eduardo Marinho, diretor do Sindicato e funcionário do BB

A Caixa de Assistência dos Funcionários do Banco do Brasil (Cassi) emitiu uma “Nota de Esclarecimento”, na quinta-feira (15/8), afirmando que “nenhuma das propostas de mudança de custeio apresentadas (em setembro de 2018 e em maio de 2019) alterava a contribuição patronal de 4,5%”. O texto diz, ainda que “o Banco do Brasil informou [...] que não haveria modificações com a mudança do Estatuto Social da Cassi, permanecendo a responsabilidade do patrocinador com a contribuição percentual sobre o valor do salário ou do benefício dos associados”.

Para o coordenador da Comissão de Empresa dos Funcionários do Banco do Brasil (CEBB), João Fukunaga, a Cassi extrapolou sua função e defendeu a posição do banco. “A Cassi não pode fazer o papel do banco. É o BB quem tem que se manifestar e dizer se tem interesse em negociar. A Cassi tem que se unir aos funcionários na cobrança da resposta do banco e em defesa da Cassi”, criticou Fukunaga.

Segundo a representação dos trabalhadores, a nota emitida pela Cassi foi

desmedida. Causa um apavoramento desnecessário em um momento que se precisa de serenidade e seriedade para se buscar uma saída para a situação em que se encontra a Cassi.

Cabe ainda um alerta para a ilusão que pode ser criada com a afirmação de que os funcionários podem contar com a contribuição de 4,5% dos salários ou benefícios, para a contratação de outro plano de saúde. Eles não podem se enganar e achar que os 4,5% em conta será suficiente para pagar um plano de saúde com a mesma qualidade e capilaridade da Cassi. São 420 mil vidas assistidas pela Cassi. Trata-se de uma empresa gigante.

O coordenador da CEBB reconhece que existem problemas e que as soluções são difíceis. Mas, para ele, também é preciso reconhecer que o plano é barato e atende as necessidades dos funcionários e do banco. “Não é fácil chegar a uma solução de consenso com os diferentes atores e o próprio patrocinador, mas não podemos desistir. Apelamos para que a Cassi se some ao nosso esforço e cobre do banco a reabertura das negociações”, finaliza.

Breves**Justiça suspende exonerações de órgão de combate à tortura**

A Justiça Federal do Rio de Janeiro suspendeu parte de decreto assinado por Bolsonaro que exonerou 11 integrantes do Mecanismo Nacional de Prevenção e Combate à Tortura (MTPCT). A decisão é da 6ª Vara Federal Cível no dia 9/8. Onze peritos que visitavam presídios para prevenir a tortura e o tratamento cruel foram exonerados. O Ministério Público Federal (MPF) e a Defensoria Pública da União (DPU) foram à Justiça contra o decreto. O MPF afirma que a mudança inviabilizaria o funcionamento do MTPCT. A decisão é liminar. O Mecanismo de Prevenção e Combate à Tortura foi criado por lei em 2013, cumprindo obrigação imposta pela ONU. O protocolo prevê visitas regulares de órgãos nacionais e internacionais aos locais onde há privação de liberdade. A lei determina ainda que o grupo é formado por 11 peritos com “notório conhecimento” e formação de nível superior. Eles são nomeados pelo presidente da República e têm mandato de três anos, podendo ser reconduzidos ao cargo uma vez.

Funcef dará resposta sobre Reg/Replan até fim do ano

O presidente da Funcef, Renato Villela, confirmou a realização de estudos sobre a viabilidade da implementação da resolução 30 do Conselho Nacional de Previdência Complementar (CNPC), porém enfatizou que existem algumas preocupações quanto à aplicação da revisão nos planos de equacionamentos dos planos de benefício do Reg/Replan Saldado e Não Saldado. Villela afirmou que a resposta oficial sobre a viabilidade da implementação da resolução será dada até o final deste ano. As informações foram passadas em reunião com o presidente da Fenaes, Jair Pedro Ferreira e a diretora de Saúde e Previdência, Fabiana Matheus, dia 6/8. Quase 60% dos aposentados relatam dificuldade em sua situação financeira e 34,3% dizem ter estritamente o suficiente para sobreviver, sendo que 61% afirmam ajudar financeiramente algum membro da família. O quadro é dramático. Cerca de 92% dos aposentados estão endividados e 40% do orçamento deles está comprometido com o pagamento de dívidas.

CAIXA ECONÔMICA FEDERAL

BANCÁRIOS SE UNEM EM DEFESA DO SAÚDE CAIXA

Sindicatos dos bancários de todo o país estão mobilizados em defesa do Saúde Caixa para Todos e pela contratação de mais empregados. Os representantes dos trabalhadores são contra a resolução 23 da Comissão Interministerial de Governança Corporativa e de Administração de Participações Societárias da União (CGPAR), que estabelece um teto para o custeio pelas empresas estatais federais sobre benefícios de assistência à saúde dos empregados.

Uma das queixas é que, por ordem da Justiça, a Caixa vai ter que contratar PCDs para cumprir a cota mínima de 5% de funcionários com deficiência, mas se recusa a incluí-los no Saúde Caixa. O banco alega que a CGPAR 23 o proíbe de incluir novos contratados. Os sindicatos vão dialogar com os empregados da Caixa em todo o Brasil. Estão sendo contratados mais de 2.000 PCDs em todo o país, segundo informações da imprensa.

O Saúde Caixa é uma das principais pautas da reunião da mesa de negociações com o banco, que acontecerá no dia 27/8.

MUDANÇA NO FGTS – Retirar recursos de um fundo que fomenta o desenvolvimento,



a criação de empregos e ajuda a diminuir o déficit habitacional é prejudicial ao país. A liberação do FGTS para saques trará alívio imediato e temporário aos trabalhadores, mas não chegará a impactar economicamente o país. Pelo contrário, a longo e médio prazo, a medida deve comprometer a capacidade de financiamento imobiliário do país. Os saques podem trazer risco a geração de emprego e renda, além de afetar diretamente os investimentos no setor da habitação. Parte do saldo total das contas do FGTS é utilizada pelo governo para financiar linhas de crédito nas áreas de habitação, saneamento básico e infraestrutura. Do orçamento de R\$ 85,5 bilhões aprovado para 2018 pelo Conselho Curador do FGTS, R\$ 69,4 bilhões foram destinados para a área de habitação.



“O Saúde Caixa é fruto da luta dos empregados e vamos seguir sempre defendendo que todos os trabalhadores tenham acesso a ele. Estaremos mobilizados também para defender a atuação da Caixa como banco social, bem como seu viés 100% público”
Marcos Saraiva, diretor do Sindicato e da Fenae

MARCHA DAS MARGARIDAS PRESSIONA GOVERNO POR UM PAÍS MAIS JUSTO

A Marcha das Margaridas de 2019 ficará para a história pela elevada participação dia 14/8, em Brasília. Os organizadores do encontro estimam que cerca de 100 mil pessoas participaram do ato. De forma pacífica, agricultoras, indígenas, quilombolas, bancárias e demais trabalhadoras pertencentes às bases de entidades e setores de vários estados seguiram em marcha até o Congresso Nacional.

As temáticas centrais defendidas durante a 6ª edição da Marcha foram: soberania popular, democracia, justiça, igualdade e livre de violência. A Reforma da Previdência, que tramita no Congresso, também preocupa. As mulheres mostraram que não concordam com a retirada de direitos e lutam por trabalho digno, educação, saúde e desenvolvimento sustentável e solidário.

A marcha reúne mulheres trabalhadoras a cada 4 anos para lutar por direitos e denunciar retrocessos, desde os anos 2000, sempre em Brasília.



BANCO DO NORDESTE DO BRASIL

COM LUCRO RECORDE, FUNCIONÁRIOS FORTALECEM O BNB E CONQUISTAM MAIOR PLR

O lucro do Banco do Nordeste cresceu 223% no primeiro semestre de 2019, em comparação com o mesmo período do ano passado. Foi o maior resultado da história do banco para os primeiros seis meses, com lucro líquido de R\$ 744,8 milhões.

Esse expressivo resultado permitirá ao BNB distribuir R\$ 46,8 milhões a título de Participação nos Lucros e Resultados (PLR) em benefício de seus funcionários.

Esse montante destinado à primeira parcela da PLR 2019 é cerca de 3 vezes e meia superior ao valor distribuído no primeiro semestre de 2018, tornando-se no maior adiantamento de PLR já pago pelo Banco.

“É um prêmio à dedicação dos funcionários à causa nordestina e à missão do BNB”, afirma Tomaz de Aquino, Coordenador da Comissão Nacional dos Funcionários (CNFBNB) e Diretor do Sindicato dos Bancários do Ceará.

Tomaz de Aquino informa aos colegas funcionários que está cobrando da Diretoria do Banco o pagamento dessa primeira parcela da PLR 2019 imediatamente após o crédito dos dividendos aos acionistas.

O LUCRO LÍQUIDO DO 1º SEMESTRE DE 2019 FOI SUPERIOR AO LUCRO DE TODO O ANO DE 2018

**LUCRO LÍQUIDO
2018
R\$ 725,5
MILHÕES**

**1º SEMESTRE DE 2019
LUCRO LÍQUIDO
R\$ 744,8
MILHÕES**



“Com o quadro de pessoal praticamente inalterado nos últimos anos, mesmo assim o BNB vem obtendo resultados crescentes sucessivos. Isso revela maior produtividade do corpo funcional e é fruto do engajamento de todos os trabalhadores e Diretoria – na luta para mostrar a essencialidade do Banco e a necessidade de seu fortalecimento. Aos colegas funcionários um alerta: a produtividade crescente deve continuar obedecendo o cumprimento de todos os direitos conquistados. Qualquer irregularidade – tal como a desabilitação indevida do ponto eletrônico para extrapolação de jornada sem a contra partida do pagamento de hora extra – deve ser imediatamente denunciada ao Sindicato para adoção de providências contrárias ao abuso. Garantimos total sigilo ao denunciante”

Tomaz de Aquino, diretor do Sindicato e coordenador da Comissão Nacional dos Funcionários do BNB

Extrema pobreza

A extrema pobreza se tornou uma dura realidade para 31,7 mil cearenses em 2019. De acordo com dados do Cadastro Único para Programas Sociais do Ministério da Cidadania referentes a junho deste ano, 1.207.487 pessoas no Estado sobrevivem com renda familiar per capita de até R\$ 89,00/mês. Com o número, o Estado ocupa a 4ª posição entre as unidades da Federação com os maiores índices de extrema pobreza. As três primeiras colocações ficaram com Bahia (1,82 milhão de pessoas); São Paulo (1,41 milhão) e Pernambuco (1,15 milhão).

Ladeira abaixo

A diminuição da atividade econômica, com altas taxas de desemprego e queda na produção industrial está colocando a economia brasileira na corda bamba. Com oito meses de governo Bolsonaro, apostou-se tudo na reforma da Previdência, que restringe o acesso e reduz o valor dos benefícios, reduzindo ainda mais o poder de compra da população. Além da falta de propostas para o aumento de nível de consumo e da retomada do crescimento, está em vigor a PEC do Congelamento dos Gastos, que impede os investimentos públicos. Em junho, o desemprego atingiu mais de 12,8 milhões de trabalhadores. Já a indústria nacional registrou em junho o segundo mês negativo, com queda de 0,6%, segundo o IBGE.

Desesperança

Um quarto dos trabalhadores (26,2%) desempregados no 2º trimestre no Brasil, o que equivale a 3,347 milhões de pessoas, estão procurando emprego há pelo menos 2 anos, de acordo com a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD Contínua), do IBGE. O desemprego ainda atinge 12,8 milhões de trabalhadores. A subutilização atinge 28,4 milhões de brasileiros que poderiam e querem trabalhar mais horas e não conseguem; e o desalento bateu a porta de 4,9 milhões que nem procuram mais recolocação.